

de. Assim, Charlie não pode ser consagrado como um símbolo da liberdade de expressão para todo o mundo, com o qual nos identificamos todos.

5 Não há apenas uma única concepção sobre a liberdade de imprensa, os seus limites e a sua ética; e quem pretender eleger um ícone a uma concepção formal dessa liberdade, sem limites e sem referências teleológicas, é contra a liberdade de imprensa, porque então a liberdade mata a liberdade. Ou, pelo menos, a liberdade fica legitimada para fazer a guerra à liberdade. O que é contraditório.

Há limites à liberdade de imprensa e há abusos criminalizados de liberdade de imprensa. Mas antes e depois dos limites legais, variáveis em cada país, há limites morais, de civilidade e outros,

constantes de outras ordens normativas que são inerentes e necessárias a uma vida social pacífica e solidária. Se alguém pensa que basta a ordem jurídica — que por definição deve ser minimalista de intervenção quanto aos conteúdos das liberdades fundamentais —, para que numa Sociedade Civil se viva em boa paz e cooperação, em segurança e em solidariedade — em suma, em justiça, em paz e em progresso —, está muito enganado. A maior parte dos nossos comportamentos não são ditados pela lei, mas sim por outras ordens normativas ou códigos de conduta. Os sociólogos sabem e ensinam isto muito bem, designadamente os que se dedicam à sociologia da cultura. É por esta razão que a deputada europeia Ana Gomes, que não tem uma imagem pública de contenção verbal e de moderação ideológica e partidária, antes pelo

contrário — perdoar-me-á se sou injusto — teve toda a razão do mundo quando, ela que tinha apoiado a manifestação de repúdio aos atentados, discordou da capa de resposta do Charlie e disse a essa capa: “em meu nome, não”.

6 É bem defender a liberdade de opinião e de expressão, comum para todos. Mas é por isso mesmo igualmente bem defender a liberdade de opinião daqueles que discordam da linha do Charlie Hebdo, e em concreto da sua página de resposta ao atentado terrorista que sofreu. E que por isso mesmo não são Charlie. Acresce que, em princípio, não é uma boa prática social a provocação, mesmo dirigida aos malvados. O mal não se provoca. Esta prudência é virtuosa e não prescinde da liberdade. ■
in *Observador*, 17 de Janeiro de 2015

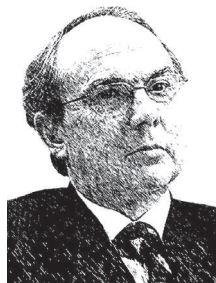
Paris, 2015

Capital da Liberdade

Só com o exercício da liberdade, sem exceções, poderemos defender a liberdade.

O mundo livre condenou unanimemente e com horror os bárbaros atentados terroristas em Paris, na semana passada. Ontem mesmo, uma grande manifestação europeia teve lugar na cidade das luzes (escrevo no início do evento), reunindo chefes de Governo de vários países, entre os quais Portugal.

Não é caso para menos. Os atentados contra os jornalistas do Charlie Hebdo e contra a mercearia judaica de Porte de Vincennes culminam uma sé-



POR
João Carlos Espada

Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa.
Director de *Nova Cidadania*

rie de atentados contra vidas inocentes em capitais ocidentais, em nome do islamismo radical. Não são certamente os únicos casos de violência gratuita

que ocorrem no mundo. Mas certamente constituem um padrão e fazem parte de uma agressiva campanha terrorista contra a liberdade e o modo de vida ocidental, em nome do islamismo radical: as torres gémeas em 2001, Amesterdão e Madrid em 2004, Londres em 2007 e 2013, Sydney em 2014, para citar apenas alguns.

Seria certamente um erro grave confundir as minorias extremistas que actuam em nome do islão com a religião muçulmana em geral, ou com as comunidades muçulmanas que vivem pacificamente nas sociedades ocidentais. Este erro constituiria uma injustiça para com



os cidadãos pacíficos que professam a religião muçulmana e uma distorção do princípio da liberdade ocidental.

Esta liberdade assenta no respeito pela dignidade da consciência de cada um e, por isso, supõe a liberdade de professar pacificamente diferentes religiões, incluindo, naturalmente, a muçulmana.

Mas o combate a esse erro — usualmente explorado por correntes xenófobas e racistas — não deve dar lugar a um erro de sinal contrário: uma espécie de proibição “politicamente correcta” da livre crítica ao islamismo radical. Mesmo, simplesmente, a religião muçulmana em geral não deve ser excluída da livre crítica que incide sobre outras religiões, como a cristã ou a judaica, ou sobre concepções agnósticas e ateias.

Numa sociedade livre, não há qualquer motivo para eximir uma convicção ou comunidade particular do exercício da liberdade de crítica por parte de cidadãos com outras convicções. Estas críticas são seguramente muitas vezes ofensivas, por vezes gratuitamente ofensivas. Mas nós temos mecanismos institucionais para lidar com essas ofensas — desde o direito de resposta, ao recurso aos tribunais, às manifestações públicas e à activa expressão de pontos de vista rivais. Não há nenhum motivo para considerar o islão como

um tema tabu, que não poderia ser livremente criticado — e livremente defendido — pacificamente, nas nossas sociedades livres.

Em bom rigor, pelo contrário, existem razões empíricas significativas, simplesmente fundadas no bom senso, para convidar enfaticamente as comunidades muçulmanas a um diálogo crítico na praça pública. Estão os seus líderes e representantes a promover uma campanha activa contra o uso abusivo do islão pelos terroristas? Estão eles a procurar detectar, isolar e denunciar os terroristas que procuram agir no interior dessas comunidades? Estão eles a promover um enérgico esclarecimento dos seus fiéis sobre a incompatibilidade da violência com a mensagem da sua religião? Finalmente, e não menos crucialmente, estão eles empenhados numa campanha pública junto de todos os cidadãos — muçulmanos e não muçulmanos — para esclarecer aos olhos de todos o seu apoio aos princípios do Estado de direito que os acolhe e protege?

Receio que estas sejam perguntas inteiramente legítimas — e até necessárias — para aqueles que defendem a liberdade. Não haverá certamente uma resposta única a estas perguntas — como em regra acontece em ambientes

pluralistas — e elas variarão seguramente de país para país, de comunidade para comunidade.

Mas, no interior das nossas democracias liberais, é inteiramente legítimo que na praça pública ocorra um debate aceso sobre estas matérias. E, repito, não há nenhum motivo para excluir uma comunidade particular desse debate público, livre e pacífico.

Se esse debate continuar a ser artificialmente evitado, os resultados serão — como em parte estão já a ser, em várias democracias europeias — contrários aos desejados. Em vez da integração pacífica dos cidadãos muçulmanos, assistiremos (se não estamos já a assistir) ao crescimento de guetos colectivistas de isolamento e radicalização islâmica.

Simultaneamente, crescerão os partidos extremistas e xenófobos, que serão percebidos por franjas crescentes de eleitores não muçulmanos como os “verdadeiros” defensores dos seus modos de vida.

Estes são motivos adicionais que fazem hoje de Paris a capital da liberdade. Por que é lá que a liberdade foi barbaramente ameaçada desta vez. E porque só com o exercício da liberdade, sem excepções, poderemos defender a liberdade. ■

in **Público**, 12 de Janeiro de 2015